

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Interloquções entre psicologia crítica e método histórico

Dialogue between critical psychology and historical method

Heriel Luz^a, Branca Maria de Meneses^b, Alexandra Ayache Anache^c

Resumo: O objetivo desse artigo é o de refletir sobre as considerações e concepções da história que balizam as metodologias dos pesquisadores Merani (1977), Figueiredo (1992/2007) e Horkheimer (1932/1990) buscando apontar pistas para uma Psicologia Histórica. A escolha por esses autores de períodos e epistemologias distintas decorreu de suas posturas analíticas e da tomada que fizeram da história enquanto produção e realização humanas, razão por que cada um deles contribui para a construção de vertentes críticas em diferentes áreas da psicologia. Apesar de seus distanciamentos teóricos buscou-se, por meio do recurso da dialética, produzir um diálogo entre eles convidando ainda outros autores à discussão, sem com isso justapô-los ou reconciliá-los. Almeja-se, a partir das questões suscitadas aqui, contribuir para interlocação entre psicologia crítica e história.

Palavras-chave: Psicologia histórica; Dialética; Revisão.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the concepts and considerations that outline the history in the methodologies of researches Merani (1977), Figueiredo (1992/2007) and Horkheimer (1932/1990) seeking to identify clues for a Historical Psychology. The choice for these authors from distinct periods and epistemologies was due to their analytical postures and historical takes on human production and realization, reason why each has contributed for the construction of critical pillars in distinct Psychology areas. Despite the differences in their theories it was attempted, by means of the dialectical resource, to induce a dialog about their theories adding further ideas from other authors, avoiding overlaps or reconciliation. The main goal is to allow the exchange between Critical Psychology and History by approaching critical topics throughout this article.

Keywords: Historical Psychology; Dialectical; Review.

a Aluno Bolsita do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, nível Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
*E-mail:herielluz@gmail.com

b Professora, Doutora do Programa em Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

c Professora, Doutora do Programa em Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

O objetivo deste artigo é apontar para a possibilidade, baseada em uma interlocução entre o método histórico e psicologia, de um delineamento do conceito de Psicologia Histórica. Para isso serão analisados, por meio de revisão bibliográfica fundamentada na análise dialética, os sentidos atribuídos à história e à psicologia entre alguns teóricos de referenciais críticos. Essa síntese, contudo, nem de longe esgota as possibilidades de análise e não teve a pretensão de chegar a uma ontologia conceitual do termo 'psicologia histórica', e sim construir possibilidades de diálogo entre pesquisadores dessa temática, evidenciando as contribuições de Merani (1977), Figueiredo (1992/2007) e Horkheimer (1932/2007), cujos referenciais teóricos ora se aproximam e ora se distanciam.

O primeiro dos autores aqui apresentados destacou brevemente a história da inserção da psicologia enquanto um conjunto de técnicas fabris úteis à maximização da demanda e do consumo capitalistas, sem a eleição de um objeto homogêneo; o segundo apontou para a constituição histórico-cultural da subjetividade, assumindo-a como a grande questão da investigação em psicologia, recorrendo a fontes culturais diversas, como a arte, a filosofia, a sociologia, o direito, etc; o último, por sua vez, buscou analisar e construir a partir da filosofia, um método de análise histórica que faça da psicologia um instrumento de denúncia à opressão. A possibilidade de assunção da história como recurso crítico em psicologia, porém, excede o proposto pelos autores, por sua riqueza, amplitude e tensão oriundas da contradição que engendra. No entanto, tendo em vista a necessária circunscrição da temática e buscando-se destacar o emprego feito por cada um deles, esses três autores foram aqui privilegiados.

Merani e o lugar da história em uma Psicologia a serviço do capital

Para Merani (1977), a história aplicada à psicologia, mesmo aquela factual, deve ter um papel duplo, de produção de conhecimento e denúncia, embora essa tarefa seja difícil. Em primeiro lugar porque exige a dedicação e esforços constantes necessários à produção de uma práxis sólida e, em segundo lugar, porque obriga ao auto-desmascaramento, posto que a história da psicologia coincide com a do desenvolvimento das organizações capitalistas contemporâneas, cujo objetivo é acumular capital a qualquer custo.

Segundo esse autor, o florescer da ciência psicológica conjuntamente com o desenvolvimento das formas de produção capitalistas não ocorreu por mero acaso, pelo contrário, ela deu

apoio ao poder e inseriu o campo da investigação psicológica no alicerce da exploração do trabalhador. Embora os estudos da psique possam resultar na melhoria das condições de vida do homem, quando a ciência psicológica se afasta de sua função crítica, ela acaba por desvirtuar seu próprio princípio, anulando-se como conhecimento científico e filosófico, convertendo-se em máscara para velar a alienação e manter a ordem de coisas. Além disso, preterindo a história, tanto a metodologia como seu objeto de investigação passam a coincidir imediatamente com a irracionalidade da exploração do homem, mascarando-se a opressão sob a couraça do humanismo.

O conjunto de técnicas desenvolvidas pela psicologia ao lado da administração produz a *Human Engineering*, para que se coloque o 'homem certo no lugar certo'. Decorre disso a necessidade de se analisar o ofício para se atingir as metas de produção previamente estabelecidas. Cria-se então uma gama de teorias que buscam compreender e controlar o homem, não só em seu ambiente fabril, mas também em seus intervalos e descanso. Assim, "a condição humana fica submetida a requisitos abstratos de seleção profissional e é, sob todos os aspectos um 'negócio', questão de lucro ou de interesse" (Merani, 1977, p.27).

O autor ainda identifica e justapõe às leis de produção fabril, as do conhecimento científico, posto que o artefato final dessa prática laboral também se apresenta como demanda a ser consumida, uma vez que as "atividades [do homem], seus interesses vitais, tudo o que mantém a organização vital de sua vida está submetido às mesmas leis que regem o ciclo econômico" (p.13). A ação do cientista está sob a égide da produção, da demanda e do consumo. Por isso, realizar uma análise da história da ciência psicológica coincidirá necessariamente com a do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista de produção. Contudo, transformada em mito pela justificação do presente pelo próprio presente, essa identificação está encoberta, cabendo ao cientista descrever, registrar e fazer apologia aos fatos, destacando-os de suas determinações histórico-sociais.

Ainda para o autor, a forma de contrapor-se a essa determinação seria dada pela renúncia à pressão do capitalismo que exige da ciência psicológica maior eficiência ao preço da alienação. Para isso, a história seria instrumento imprescindível porque permitiria dissecar as condições sociais em que a psicologia encontra-se imersa, dando a ver aquelas determinações que a constituem, e apontaria para uma saída possível de sua condição de alienação. Entretanto, assumir o vocábulo *história* por si e em si simplesmente, conduz novamente à posição mitológica, como afirmou Valéry, citado por Merani (1977, p.33) "[mito é o] nome de tudo que existe e subsiste tendo apenas a palavra como

causa". Depreende-se disso que o próprio conceito encerrado no vocábulo *história* tem uma constituição.

Porém, o autor não se propõe nessa obra realizar uma investigação do referido conceito e ainda assume a psicologia apenas em sua relação econômica. A ciência psicológica, conforme as arguições de Merani (1977), parece mais com um conjunto de técnicas, como o fora nos rudimentos da administração taylorista, carecendo de um objeto e, por conseguinte, de cientificidade. O chão da fábrica pode ser comparado com o do laboratório ou da clínica. Destarte, tomada como conjunto de técnicas, suas contradições desaparecem, e com elas sua própria identidade, o que poderia conduzir a um anacronismo que coloca num mesmo bojo Freud, Watson, Bergson, Dewey e Taylor. Daí a necessidade de se perseguir um objeto de análise que caracterizará a identidade de dado campo da ciência psicológica.

História e produção cultural da subjetividade em Figueiredo: objetos convergentes de análise?

Elegendo um objeto de análise e tomando-o como invenção da modernidade, Figueiredo (1992/2007) discute a história da psicologia a partir da constituição daquele que ele entende ser o objeto de conhecimento da ciência psicológica, a saber, a subjetividade. Diferentemente de Merani, a análise de Figueiredo (1992/2007) se estende para além das considerações econômico-filosóficas. Todavia nem por isso o autor as desconsidera, entretanto prefere ater-se à tensão entre o público e o privado vendo nela a gênese e desenvolvimento da psicologia a partir da subjetividade privatizada.

Em linhas gerais, para Figueiredo (1992/2007) a subjetividade privatizada se constitui como exigência à instabilidade social perceptível desde a Reforma e a Contra-reforma; ao embate entre monarquia e igreja; ao enfraquecimento do Estado absolutista; à derrocada da aristocracia e ascensão da burguesia, dentre outros fatores, que culminaram com o Iluminismo e com as mais variadas revoluções sociais. Isso porque, para ele, abandonado à sua sorte, o homem necessitou construir seu próprio caminho. E o fez produzindo e transformando seu mundo, pelos saberes das diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas artes (iluminista e romântica), na filosofia e nas ciências. Essa revolução do conhecimento, reflexo de uma radical transformação social, exigiu o estudo desse novo homem, agora embalado principalmente pelo ideário francês deflagrado pela burguesia: liberdade, igualdade e fraternidade.

Vários teóricos dos diversos saberes se propuseram tal

tarefa, e dentre eles Thomas Hobbes merece destaque, por ser "o grande teórico desta separação entre o 'interno' e o 'externo', entre os domínios da consciência e das opiniões e os domínios da ação" (Figueiredo, 1992/2007, p. 107). Nas obras de Hobbes o homem aparece claramente cindido entre uma esfera pública e outra particular. Koselleck, citado por Figueiredo (1992/2007) afirma que embora o homem de Hobbes possuísse uma opinião própria, este deveria guardá-la em segredo do Estado, cuja função seria a de impedi-las de se tornarem ação prática, o que nem sempre era possível. Essa separação aparentemente diplomática engendra o antagonismo entre o desejo privado e o público, irrompendo em uma dupla tensão que gera de um lado revoltas sociais, com mudanças na esfera jurídica, política e nos aparelhos de controle do Estado e de outro um recrudescimento da subjetividade privatizada.

Buscando apaziguar a tensão gerada pelo nascimento da esfera privatizada, autores como os empiristas Locke, Rousseau, Hume e Berkeley buscarão no campo filosófico definir qual a função e o lugar pertinente ao Estado, contudo sem descaracterizar esse 'eu' nascente, e pretendendo desvendar sua natureza. Há então uma penetração simultânea, onde uma esfera não pode mais ser compreendida sem a outra. Disso deriva o aprofundamento dos estudos pelo viés empirista, das epistemologias e das ontologias, posto que o conhecimento passa a ser produto de uma relação entre o ser e o mundo.

Em outro campo, mas concordando com o ideário liberal, desenvolve-se no campo das artes a prerrogativa romântica do 'olho interior', como forma de resistência ao intelectualismo e ao empirismo presente na filosofia daquele momento. A tônica recai sobre o sujeito do conhecimento que agora privatizado, tornou-se capaz de conhecer-se pelo aprofundamento interior de si, e toma para isso a intuição como instrumento pelo qual será conduzido à ética e à reação estética.

Figueiredo (1992/2007) mostra ainda que essa transformação permitiu o nascimento de "diversos dispositivos sociais, formas de existência e instrumentos de representação e expressão da subjetividade privada" (p.113). Estes se exibiram nos campos da arquitetura, com o modelo de construção dos jardins ingleses e franceses; na criação de clubes privados e *pubs*, necessários naquele momento à representação da vida; na prática de esportes como a caça, onde se foge do espetáculo público das cidades; nas atividades turísticas onde é possível ser um 'esteta dileitante'; por fim, nos romances com uma série de novelas e óperas que supervalorizavam as experiências subjetivas e da vida familiar. Areladas ao absolutismo, essas formas de expressão ganharam rapidamente a conotação de contestadoras, porque traduziam

uma nova forma de comportamento e ordenação da vida.

O quadro acima delineado tomou paulatinamente o cenário europeu, todavia não sem resistência, e desenrolou-se de outra forma nos demais países europeus, embora a essência iluminista e romântica se mantivesse. Sob essa essência, Figueiredo (1992/2007) elege Mesmer como o personagem cuja vida e obra melhor sintetizam esse momento. Esse médico suíço pretendeu realizar a união entre iluminismo e romantismo para sua prática terapêutica, promovendo curas interiores pela reequilíbrio magnética do corpo animal. O desequilíbrio cujos sintomas eram crises histéricas, transe, convulsões ou desmaios, indicavam uma desordem de uma personalidade singular, que só poderia ser reestabelecida pela imposição de mãos ou por uma prática íntima e potencialmente erótica entre o terapeuta e o paciente.

A transgressão pela terapêutica mesmeriana, seu sucesso financeiro e a necessidade de uma organização disciplinar dos corpos mostram o surgimento e consolidação de uma nova forma de subjetivação, embora nesse momento não houvesse ainda um conhecimento psicológico autêntico e tampouco fosse a subjetividade um genuíno objeto de investigação. Para isso, diz Figueiredo, seria necessário que essa privacidade agora fortalecida pelas práticas sociais entrasse em crise.

Buscando compreender a subjetividade inserida na dinâmica triádica do Iluminismo, do Romantismo e do Regime Disciplinar, Figueiredo (1992/2007) assume ordenadamente as proposições de Polany (1980), Gusdorf (1982) e Foucault (1977) para defender a assertiva de que “o espaço psicológico, tal como hoje conhecemos, nasceu e vive precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade” (Figueiredo, 1992/2007, p.129). A forma de ordenamento do aparelho público, sua separação em poderes, sua regulação e leis, embora sejam hoje muito mais complexas do que na deflagração da Revolução Francesa, encontram lá alguns de seus fundamentos. Cabe agora ao ideário burguês, inserido no contexto do Estado moderno, garantir a felicidade geral de sua coletividade, ainda que disso resulte sofrimento para uma minoria. Assim, é necessário quantificar essa felicidade garantida pelo Estado e de acordo com seus resultados, criar mecanismos de controle para ampliação da felicidade em detrimento da dor.

Nesse contexto elaboram-se teorias que assumem o homem como escravo de dois senhores: da dor e do prazer. Dentre elas as propostas formuladas por Bentham (1789/1989) e Mill (1859/1963) seguem caminhos semelhantes, embora para o primeiro a garantia da felicidade se dê pelo controle

exercido pelo Estado enquanto para o segundo essa felicidade só pode ser adquirida pelo autoconhecimento. Isso conduz a um refinamento da subjetividade privada que agora se torna ainda mais profunda na tentativa de fuga a esse controle estatal, que pode produzir felicidade, todavia não sem cerceamento. Entretanto, como indica Tocqueville (1835/1987), essa supervalorização da individualidade adquirida por seu ritual de isolamento, destrói a independência, ameaça a liberdade e gera uma sensação de desamparo. Tal situação desobriga o indivíduo a contrapor-se às imposições do Estado que se torna um estranho para ele, minando assim suas possibilidades políticas de ação e confinando-o na indolência.

A crítica de Tocqueville (1835/1987) estende-se principalmente às formas vigentes de democracia, cuja gênese eclodida nos Estados Unidos da América espalhou-se gradativamente pelo mundo via França e Inglaterra. Nelas a tutela completa do Estado subsiste, os desejos individuais são ditados de fora e o controle do Estado é solicitado via autonomia e liberdade dos indivíduos. Tal disposição permitirá que o poder estatal dirigido por grandes oligarquias econômicas apareça sob a máscara da opinião pública, levando os indivíduos a assumirem como seus o desejo imposto de fora, mas sob a ilusão da decisão.

Esse quadro ilustrado por Tocqueville (1835/1987), que data de mais de 150 anos, assemelha-se ao que vivenciamos na contemporaneidade no que tange às ações ditas democráticas. Não só ele, mas as propostas de Bentham e Mill, citados por Figueiredo (1992/2007) mantêm-se vivas, participando da constituição das matrizes do pensamento psicológico, embora as escolas mais pragmáticas procurem por vezes negar tal fato e ignorar seu processo constitutivo. Todavia, sendo o espaço do campo psicológico aquele que abriga as forças alienadas dessa subjetividade tensionada entre os três vértices apresentados — Iluminismo, Romantismo e Regime Disciplinar, é fundamental resgatar sua constituição para pensar uma psicologia não só a serviço da ‘reidentificação’, mas também da desidentificação.

Assim, Figueiredo (1992/2007) assevera que mais do que escolher arbitrariamente entre essa ou aquela escola, os psicólogos deveriam conhecer a história do ‘psicológico’, e sobre isso lança um questionamento: “Será possível, contudo, empreender a recordação como tarefa crítica conservando-se no *lugar do psicólogo?*” (p. 149). O autor localiza esse *lugar do psicólogo* como sendo, talvez, o “lugar-nenhum em que os saberes ‘psi’, a história, a filosofia e as artes se encontram e se perdem no exercício do mero pensar” (p. 164).

A experiência romântica de uma subjetividade privatizada, o controle das crises advindas da desagregação dessa subjetividade

pela confrontação à não realização do ideário iluminista apregoado pela burguesia apontam para uma psicologia em especial: a clínica. Analisar e compreender a subjetividade do homem burguês e estendê-la a todos os demais homens pode produzir dificuldades à compreensão da relação entre história e psicologia; algumas delas seriam: a psicologização da história, pela eleição de heróis; o encobrimento da cisão em classes essenciais à compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e a função exercida pela psicologia nesse contexto; a supremacia da subjetividade burguesa em detrimento de uma subjetividade negada à classe trabalhadora e aos miseráveis, para quem caberia apenas perseguir ideologicamente àquela; dentre outros fatores. Outra questão patente está em compreender a dimensão do termo *história*.

Merani (1977), ao justapor a prática da administração à da psicologia, ofereceu outro recorte à compreensão da relação entre história e psicologia. O sistema taylorista e as escalas psicométricas de Binet-Simon reformuladas por Stanford, por exemplo, não se orientavam pela prerrogativa da desintegração da experiência privada da subjetividade, mas respondiam à demanda da maximização da produção nas fábricas e, no segundo caso, à necessidade de seleção de soldados para os campos de batalha. Mesmo que nesse caso a ciência psicológica fosse generalizadora e bem menos humanista, ela cumpriria uma função diferente e para além da tríade proposta por Figueiredo. Também Merani (1977) acredita que ela deva se autorreverter, utilizando-se para isso da história como instrumento de autorreflexão.

O percurso filosófico do pensamento de Horkheimer e a assunção crítica da história como fundamento metodológico para uma psicologia histórica

Nessa mesma direção, mas invertendo a lógica proposta por Merani, Horkheimer (1932/1990) caracterizará o papel da psicologia enquanto uma teoria histórica adequada ao âmbito das ciências sociais, tomando-a como instrumento possível de reflexão e denúncia da história. Para tanto, ele perfilará dialeticamente o processo de constituição deste conceito, conduzindo suas análises desde sua utilização na filosofia subjetivista kantiana – que ascendeu como reação à tendência materialista da ciência e da sociedade daquela época –, até o período entre as duas Grandes Guerras.

O autor destaca que na filosofia kantiana, a essência da natureza é derivativa da dedução sistemática do fenômeno por métodos de análise, ofertando mais importância à sistemática

do ato de conhecer do que propriamente àquilo que se pretende conhecer. Essa premissa, que para Kant (1781/1983) embasa todo o tipo de produção intelectual, aplica-se também à história. Assim, expor os fatos históricos significa refazer o caminho de sua formação. Por isso, Horkheimer (1932/1990) afirma que o método kantiano não permitiria uma crítica à historiografia, estando encerrado em uma apologética.

Outro conceito analisado pelo por Horkheimer (1932/1990), ainda no campo filosófico da fenomenologia, mantém a contraposição ao materialismo, ao empirismo e à dialética. Nele, porém, Scheler e Heidegger ferrenhos críticos do método histórico, buscarão captá-lo como “historicidade interior do existir” relegando ao processo histórico real um simples entrelaçamento “superficial e ilusório” (Horkheimer, 1932/1990, p.14). O fundamento da história para eles é a atualidade da apresentação do ser onde “a partir desta maneira originária de acontecer deve a história ganhar sentido como tema histórico” (idem). A história é interior, subjetiva e psicológica. Arguindo acerca disso, Horkheimer (1932/1990) por sua vez, assevera que ocupar-se com a história externa também conduz à compreensão do existir, visto estar o interior condicionado à realidade exterior. Desta feita, negando-se a materialidade, corre-se o risco de rumar ao perigoso solo do psicologismo que aniquila a compreensão da história. Desta feita, para o autor, críticas como as de Fichte quanto ao vazio na psicologia ou como as de Rickert quanto à falta de uma identidade histórica do campo psicológico encontrariam guarida, caso essa perspectiva mentalista se mantenha.

Uma forma de embate às censuras acima apresentadas seria assumindo uma filosofia do conhecimento capaz de captar o entrelaçamento dialético desse movimento entre o ser e a realidade, sem negá-los ou excluí-los mutuamente. Por essa razão Horkheimer (1932/1990) avançará até a filosofia hegeliana, cujo fundamento à compreensão da história é a dialética. Nela, a história é ao mesmo tempo empírica e filosófica e a ideia impõe-se à realidade material para que ela avance rumo à sua completa realização. Para isso é preciso um desenvolvimento qualitativo que responda à necessidade posta pela realidade, o que garante seu sentido e evolução. Nessa dinâmica, os interesses e as paixões humanas servem como motor à história e a potência subjetiva oculta do ser torna-se capaz de fazer a roda da história girar. Por isso, Hegel (1807/1996) ilustrará suas proposições com a história dos heróis, seguindo sua tradição iluminista, mas não atribuirá a ela a compreensão da essência do desenvolvimento histórico uma vez que o poder que se impõe à história estaria em sua opinião, para além dessa psique individual ou mesmo

das massas.

Após a derrocada do sistema hegeliano, a visão liberal de homem ascende. Nela, tanto a ideia de uma força suprassensível como o movimento de forças dinâmicas para a compreensão da história perderam seu valor. O que passa a importar são as realizações pessoais dos indivíduos, suas ações e idiossincrasias, sob o pano de fundo da harmonia de interesses. Assim o cerne dessa ideia coincide diretamente com a essência do psicologismo e a dialética é novamente abandonada.

Buscando resgatá-la pelo viés do materialismo, Horkheimer (1932/1990) mostra que Marx e Engels mantêm a convicção hegeliana de forças supraindividuais e dinâmicas na evolução histórica, sem com isso assumir a fé como potência interna do desenvolvimento histórico. A história para eles não pode prescindir de sua realidade, mas deve tomá-la como sua realização mediada por instrumentos que condicionam sua dinâmica. Assim, as relações sociais determinam o conhecimento do desenvolvimento histórico pela dialética de seu confronto com a natureza. A psicologia aqui é acessória à compreensão da história onde o fundamental serão as relações econômicas, bem como a atividade que condiciona o processo de produção que constitui a cultura e a consciência de seus participantes.

Sobre a teoria marxista, Horkheimer (1932/1990) mostra ainda que sua postura crítica fragilizou-se quando nela se substituiu a metafísica hegeliana pela dogmática do antagonismo de classes como força propulsora da dinâmica histórico-social. Outro limite teórico está em conceber a intersecção entre psicologia e história somente a partir dos condicionantes econômicos, muito embora a vida econômica de uma sociedade constitua a formação psíquica de seus membros. O anacronismo estaria em limitá-la apenas a esse aspecto, o que acabaria por invalidar a ciência psicológica e seu papel no desenvolvimento histórico. Sobre isso diz Horkheimer (1932/1990, p.20): “Está o objeto da psicologia de tal maneira entrelaçado na história que o papel do indivíduo não é redutível a simples função das condições econômicas”. Há, contudo, outros determinantes na constituição psíquica como mostraram, por exemplo, os estudos da psicanálise que desvelaram as pulsões da psicologia profunda. Desconsiderar isso poderia destruir o objeto da psicologia, o indivíduo.

Entretanto, não se pode negar que os condicionantes socioeconômicos exercem grande poder sobre a constituição da psique. Assim, a importância de seu estudo está em desvelar a conformação psíquica que se apresenta em dado momento do processo histórico-social, o que torna a psicologia uma ferramenta útil à história. Destarte a ciência psicológica

cumprir um importante papel de desmascaramento das forças coercitivas irracionais, na medida em que propicia uma análise dos dispositivos de controle e do caráter assumido por dado momento histórico.

Assumir a psicologia como instrumento de denúncia da história aponta para a função política dessa ciência. Nessa direção, deve-se garantir a tensão entre o interno e o externo, entre o público e o privado, em oposição à massificação que leva os indivíduos a agirem contra seus interesses e renunciarem a seus próprios desejos. Para Crochik (1995, p.52) “uma das tarefas políticas é lutar para que os indivíduos sejam diferenciados e possam, através da razão, perseguir interesses universais”. Assim, cumpre à psicologia ser instrumento de denuncia da história contra a massificação e à história engendrar a essência técnica e metodológica da psicologia a fim de que ela não se constitua em mera ferramenta de alienação. Então ambas poderão contribuir com a melhoria das condições de vida humana, sendo uma forma de resistência à opressão e à barbárie.

Algumas Considerações

Há muitas razões que conduzem à necessidade de análise do entrelaçamento entre história e psicologia, e devido aos limites desse artigo, apenas algumas foram apontadas. Apesar disso, houve um empenho constante em produzir este diálogo numa perspectiva analítico-crítica, buscando-se a partir do delineamento das ideias dos autores, uma possível síntese à ‘psicologia histórica’ – no sentido que a lógica dialética atribui ao termo.

Aparentemente a eleição desse termo pode sugerir que a história está sendo posta em um plano secundário e que se está concedendo à psicologia primazia entre as ciências. Entretanto, o que se pretendeu aqui foi caminhar exatamente no sentido contrário. É a história, conforme Marx e Engels (1846/1987), a única ciência possível, que oferece às ciências gerais, aqui no caso a psicologia, sua condição de existência, seus instrumentos e seu método. Por isso ela foi tomada como práxis social e cultural, que pode ou não ser sistematizada por marcos. Caso fosse tomada essa sistemática sim, correr-se-ia o risco de superestimar a ciência psicológica e ignorar seus antagonismos, controvérsias e sua dinâmica. Por essa razão, os primeiros parágrafos desse artigo já apontaram para uma saída à historiografia.

Essa historiografia que participa da composição e resgate de uma memória histórica exige cautela em seu emprego. Benjamin (1931/1994) mostra como é fácil ceder às seduções do historicismo e como a história tradicional representa apenas uma

fração da história, onde está exposta somente a que diz respeito aos vencedores. Contudo há outra, a dos vencidos, que espera ser resgatada. Outro limite de uma análise historiográfica está em sua concepção estática do tempo, posto que ela estabelece marcos linearizados aos eventos. O tempo da história, porém, não coincide com o do ponteiro do relógio. “A temporalidade é histórica, as formas de lidar com o tempo são construídas historicamente” (Masson, 2010, p.60).

A sistemática do modelo atual da contagem newtoniana do tempo, base para o algoritmo taylorista que quantifica a maximização da produção é recente e está no cerne do modelo capitalista. Mas paralela a ela existe outra, uma concepção metafísica e abstrata que aparece, por exemplo, na filosofia kantiana. A partir de uma análise crítica, tanto a primeira como a segunda seriam insuficientes, posto que elas não explicitam a dialética do movimento histórico. Para Masson (2010), o caráter do tempo só pode ser desvelado resgatando o passado e perfazendo o movimento do pensamento que se apropria da realidade e a rememora.

Nesse sentido a arte literária poderia ser um recurso importante para a discussão sobre a dinâmica do tempo. Na peça teatral *O Jardim das Cerejeiras* de Tchekhov (1904/2009), há a disjunção entre o tempo mecânico linear e a história, o que mostra que aquele está condicionado à percepção psicológica das transformações sociais, não sendo por tanto tão determinante a questão de data cronológica, como o foi a da experiência da realidade dos personagens da peça. Essa perspectiva engendrada no teatro de Tchekhov foi estendida às análises aqui empreendidas. Deste modo, resgatou-se o psicológico enquanto práxis histórica e não como um fenômeno em separado, aceitando que o sentido encerrado no vocábulo ‘história’ incide sobre a psicologia, chegando-se dessa maneira à compreensão do termo Psicologia Histórica.

Investir nesse termo, na mesma medida em que esclarece também expõe sua responsabilidade política. Nesse sentido Crochik (1995) expõe a fragilidade da perspectiva política e os limites de ação de um indivíduo cuja autonomia está comprometida pelo narcisismo e pela massificação e irracionalidade impostas pelo imperativo do consumo. Este sujeito, prescindindo da mediação histórica, tem sua constituição subjetiva comprometida em prol da falácia da ordem e do progresso sociais. Então, o papel de uma psicologia histórica precisa escapar ao de mera reprodução da ordem existente e apontar para novas direções possíveis.

Concordando com as considerações de Crochik (1995), Pedrossian (2010, p. 13) afirma que “na contemporaneidade,

a noção de progresso integra tecnologia e ciência, mascarando com sagacidade a regressão da sociedade”. Assim, compreender a psicologia como práxis histórica significa clarear seu “objetivo maior [que] é o de criar condições reais para superação da hegemonia de um modelo social que produz e reproduz a barbárie” (idem p.32). Deste modo, a psicologia deixaria de ser a ciência do homem ideal — o protótipo do liberalismo, para ser a ciência do homem histórico.

Referências

- Benjamin, W. (1931/1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. In: *Obras Escolhidas Vol. I*. São Paulo: Brasiliense.
- Bentham, J. (1789/1989). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Nova Cultura.
- Crochik, J. L. (1995). A (im)possibilidade da psicologia política. In: *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades desse encontro*. São Paulo: Cortez.
- Figueiredo, L. C. M (1992/2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação, 1500–1900*. (7ª ed.) São Paulo: Escuta.
- Gusdorf, G. (1982). *Fondements du savoir romantique*. Paris, Payot.
- Hegel, G. W. F (1807/1996). A fenomenologia do Espírito. In: *Coleção Os Pensadores* (pp. 289–385). São Paulo: Nova Cultura,
- Horkheimer, M. (1932/1990). *Teoria crítica: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva.
- Kant, I. (1781/1983). *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Moosburger. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K., & Engels, F. (1846/1987). *A Ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC.
- Masson, L.O. A (2010). Tempos modernos: Indústria cultural e a primazia do presente. In: *Psicologia Social: crítica socialmente orientada*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- Merani, A. L. (1977). *Psicologia e alienação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mill, J. S. (1859/1963). *Da liberdade*. Rio de Janeiro: Ibrasa.
- Pedrossian, D. R. S. (2010). O compromisso político da psicologia social. In: *Psicologia Social: crítica socialmente orientada*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- Polany, K. (1980). *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Tchekhov, A. P. (1904/2009). *O jardim das cerejeiras*. Porto Alegre: P&PM.
- Tocqueville, A. (1835/1987). *A Democracia na América*. São Paulo: Itália.

Recebido em fevereiro/2012

Revisado em maio/2013

Aceito em junho/2013